

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4813/2023-PGJ, DE 11.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo Ambiental nos dias 20 e 21.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4817/2023-PGJ, DE 11.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Fernando Jamusse para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão dos Acordos de Não Persecução Penal da comarca de Dourados no período de 11 a 20.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4818/2023-PGJ, DE 11.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 4728/2023-PGJ, de 1º.9.2023, que designou o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Ribas do Rio Pardo no dia 5.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4771/2023-PGJ, DE 5.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestora no acompanhamento da execução do convênio firmado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, e o Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul (PGA nº 09.2023.00006569-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4860/2023-PGJ, DE 13.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Remover a servidora Raíssa Bernardino Campos, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, área de atividade Administrativa, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para a comarca de Campo Grande, em cumprimento da decisão judicial exarada nos Autos nº 0844652-56.2023.8.12.0001.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 15ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 21 DE AGOSTO DE 2023.****2. Ordem do dia:****2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000570-0**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Thiago Straliozzo Zanin

Assunto: Apurar a ocorrência de desmate irregular de 1,40 hectares de vegetação nativa no imóvel rural denominado “área C”, CARMS n. 0058287, objeto do Auto de Infração n. 3917, emitido pelo IMASUL.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE – COMARCA DE CAMPO GRANDE APURAR A OCORRÊNCIA DE DESMATE IRREGULAR DE 1,40 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA NO IMÓVEL RURAL DENOMINADO “ÁREA C”, SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foram firmados Termos de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007- PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Além disso, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006988-7, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

**2. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000021-0**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual afronta à Lei 6.454/77 e ao artigo 37 da CF, especialmente quanto ao princípio da impessoalidade, no tocante à Lei Municipal n. 3.903/2001.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR EVENTUAL



AFRONTA À LEI 6.454/77 E AO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESPECIALMENTE QUANTO AO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que não foram constatadas as irregularidades objeto da portaria do procedimento, porquanto não houve violação à Lei 6.454/77 e ao princípio da impessoalidade, eis que o Projeto de Lei n. 5.266/01 teve por fim homenagear pessoa já falecida. 2. Promoção de arquivamento homologada. **Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000310-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Roberto Luiz Leme Klabin

Assunto: Apurar possível desmatamento de 13,06 ha, sem autorização do órgão ambiental competente, na Fazenda Nova Guarany Gleba I, de propriedade de Roberto Luiz Leme Klabin, localizada no Município de Aquidauana/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - COMARCA DE AQUIDAUANA - APURAR DESMATAMENTO DE 13,06 HECTARES - SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - SUPRESSÃO VEGETAL REALIZADA FORA DA RESERVA LEGAL E ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, uma vez que restou comprovado que a área objeto de supressão vegetal não atingiu reserva legal e/ou área de preservação permanente, inexistindo danos ambientais passíveis de recuperação na propriedade ora investigada. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2017.00002243-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Beneficente Hospital Darci João Bigaton

Assunto: Apurar a precária estrutura do Hospital Municipal de Bonito, especialmente a falta de segurança e alagamento em dias de chuvas no centro cirúrgico.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BONITO - APURAR A PRECÁRIA ESTRUTURA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE BONITO, ESPECIALMENTE A FALTA DE SEGURANÇA E ALAGAMENTO - IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS - ADOÇÃO DE MEDIDAS PELO MUNICÍPIO - REALIZAÇÃO DE REFORMA NO HOSPITAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foram adotadas as medidas necessárias para solucionar a problemática que deu origem à instauração do presente feito, por meio da realização de reforma no Hospital Darci João Bigaton, no município de Bonito/MS. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

### 5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000545-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Vicentina

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no pagamento de gratificações para servidores públicos do Município de Vicentina, tendo em vista a ausência de regulamentação e critérios objetivos para tanto.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE FÁTIMA DO SUL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÕES PARA SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VICENTINA, TENDO EM VISTA A AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO E CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA TANTO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - REALIZAÇÃO DE ACORDO PARA RESSARCIMENTO DE VALORES - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o Município de Vicentina adotou as medidas necessárias para obter o ressarcimento dos valores pagos indevidamente aos servidores públicos municipais. Por outro lado, da análise dos documentos juntados ao feito, não restou comprovada a prática de atos de improbidade administrativa pelos gestores



municipais. 2. Diante da atuação resolutiva do Parquet e da instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005774-7, visando acompanhar as medidas de ressarcimento adotadas pelo Município de Vicentina, inexistem outras providências a serem adotadas no presente inquérito civil. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000697-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Breno Cancian Nunes

Assunto: Apurar desmatamento de 65,75 hectares em área de Fitofisionomias Savana Arborizada e Floresta, encrave – Savana e Floresta Semidecidual Submontana, na Fazenda Luanda, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 638/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental – 2016-2017).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE - APURAR O DESMATAMENTO DE 65,75 HECTARES EM ÁREA DE FITOFISIONOMIAS SAVANA ARBORIZADA E FLORESTA, NA FAZENDA LUANDA, SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Além disso, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000812-3, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 7. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000207-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Simone do Nascimento Cavalcante

Assunto: Apurar o descumprimento das funções do cargo e carga horária pela servidora Simone do Nascimento Cavalcante.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE MIRANDA – APURAR O DESCUMPRIMENTO DAS FUNÇÕES DO CARGO DE FONOAUDIÓLOGA E CARGA HORÁRIA POR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL - INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA COM APLICAÇÃO DA PENA DE ADVERTÊNCIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o Município de Miranda adotou as providências cabíveis no caso em questão, haja vista que instaurou Sindicância Administrativa, aplicando a pena de advertência à servidora pública municipal. 2. Por outro lado, não restou comprovado o elemento subjetivo doloso necessário para a caracterização de improbidade administrativa pelos gestores municipais. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2020.00001269-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Celso Freitas de Oliveira e Josiane Queiroz de Freitas

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Fazenda Barreiro de Cima, localizada no município de Paranaíba.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – COMARCA DE PARANAÍBA – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA FAZENDA BARREIRO DE CIMA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do





TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007845-0, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

### 2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

#### 1. Inquérito Civil nº 06.2020.00001182-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Velho Chico Industria e Comércio de Alimentos Ltda.

Assunto: Apurar o exercício de atividade potencialmente poluidora em desacordo com a licença ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO (MS) – MEIO AMBIENTE - APURAR DANO AMBIENTAL OCASIONADO POR EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE RAÇÃO – LANÇAMENTO DE REJEITOS POLUENTES DIRETAMENTE NO SOLO – DESCARTE INADEQUADO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS - SUPRESSÃO DE HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar o exercício de atividade potencialmente poluidora em desacordo com a licença ambiental pela empresa Velho Chico Industria e Comércio de Alimentos LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.468.328/0001-59, localizada na Av. José Pinho de Almeida Júnior, nº 785, Distrito Industrial Eng. Wilques A. Queiroz, Aparecida do Taboado, representada pelo sócio Gerlúcio Flávio de Sena Neri 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006627-9 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

#### 2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000445-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Câmara Municipal de Ponta Porã

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no tocante à contratação e à prestação dos serviços decorrentes dos Contratos nº 01/2014, 03/2014, 14/2015 e 15/2015 firmados pela Câmara Municipal de Ponta Porã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ (MS) – APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – IRREGULARIDADES EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - DILIGÊNCIAS ESGOTADAS – OBTENÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NÃO COMPROVADA - DOLO NÃO COMPROVADO – PRESCRIÇÃO – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar eventuais ilegalidades levantadas no Inquérito Civil nº 06.2019.00001183-8, onde foram colhidos elementos iniciais a respeito de irregularidades nas contratações sob nº 01/2014, nº 03/2014, nº 14/2015 e nº 15/2015, firmadas pela Câmara de Vereadores com as empresas Quality Sistemas, F.A. Vasum ME, Jaison Coutinho ME e MS Planejamento Contábil a Municípios Eireli ME. A Promoção de Arquivamento merece ser acolhida, uma vez que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, qualquer conduta dolosa que pudesse ser classificada como ímproba. Ademais, os fatos apurados no âmbito desta inquisitorial se encontram prescritos, seja sob a égide da redação original da Lei n.º 8.429/92, ou mesmo na vigência da Lei n.º 14.290/21, razão pela qual falta justa causa para o prosseguimento das investigações. Diante do contexto fático, não resta outra alternativa, senão à aplicação da Lei 7.347/85, denominada Lei da Ação Civil Pública, especificamente o seu artigo 9º, caput, a qual autoriza com clareza o arquivamento nos casos em que não existem fundamentos para o ajuizamento da Ação Civil Pública. Destarte, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007-PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**



### 3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000488-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Elizabete Pinheiro Palmejani, Fazenda São Bento

Assunto: Apurar dano ambiental consistente na exploração de vegetação natural de nascente, bem como extração mineral em Área de Preservação Permanente, ocorridos na Fazenda São Bento, em Bela Vista/MS, detectados pelo Relatório 034, 035 e 036/2º GPMA/BPMA/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BELA VISTA - FISCALIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - APURAR DANO AMBIENTAL NA FAZENDA SÃO BENTO – MUNICÍPIO DE BELA VISTA (MS) – EXTRAÇÃO DE MINÉRIO SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

1. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar dano ambiental consistente na exploração de vegetação natural de nascente, bem como extração mineral em Área de Preservação Permanente, ocorridos na Fazenda São Bento, em Bela Vista/MS, detectados pelo Relatório 034, 035 e 036/2º GPMA/BPMA/2021. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007016-1 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avançadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.**

### 4. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000261-8

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Trek Brasil Comércio de Bicicletas Ltda.

Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor Trek Brasil Comércio de Bicicletas Ltda., a instalação e disponibilização de itens obrigatórios de segurança.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - 43ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE - GARANTIA AOS CONSUMIDORES EM GERAL QUE ADQUIREM BICICLETAS - INSTALAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE ITENS OBRIGATÓRIOS E INDISPENSÁVEIS À SEGURANÇA: CAMPAINHA, RETROVISOR ESQUERDO E SINALIZAÇÃO RETRORREFLETORA – OBRIGAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS PELA CADEIA PRODUTIVA DE FABRICAÇÃO – ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LEI 1504/2022 PARA REGULAMENTAR A MATÉRIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado com o intuito de garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor Trek Brasil Comércio de Bicicletas Ltda., a instalação e disponibilização de itens obrigatórios de segurança, quais sejam, campainha, sinalização noturna e espelho retrovisor do lado esquerdo, tendo em vista a Resolução CONTRAN nº 14, de 1998, que estabeleceu sobre a obrigatoriedade de instalação dos referidos equipamentos para os veículos em circulação, nos termos do art. 105 do CTB. Do compulsar dos autos, verifico que as entidades, órgãos normativos e consultivos do Sistema Nacional de Trânsito, atualmente dialogam no sentido de desenvolver políticas normativas, administrativas e educacionais, buscando a conscientização da população ante a exigência da efetiva disponibilização de itens indispensáveis à segurança pela cadeia produtiva de bicicletas. Ademais, no Congresso Nacional tramita o Projeto de Lei n. 1504/2022, proposto com o objetivo de suprimir a campainha e o espelho retrovisor do lado esquerdo da relação dos equipamentos obrigatórios destinados às bicicletas, o qual conta com parecer favorável junto à Comissão de Constituição e Justiça (f. 433-435), com redação final já confeccionada para o art. 105, inc. VI, do Código de Trânsito Brasileiro, passar a exigir, como item obrigatório em bicicletas, apenas sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais. (f. 436) como visto, a temática está sendo conduzida na esfera legislativa, razão pela qual não se operam razões de ordem prática aptas a justificar a continuidade das investigações para que se exija a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta ou ajuizamento de Ação Coletiva de Consumo. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento com base no art. 26 da Resolução 15/2007- PGJ MPMS.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.**

### 5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000158-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Jandaia

Assunto: Apurar suposto dano ambiental constatado na propriedade denominada Fazenda Jandaia em Caracol/MS, sendo desmatamento de 5,61 hectares de vegetação nativa em área proposta para reserva legal, e ainda, 1,78 hectares em área de preservação permanente, conforme Pareceres n. 152 e 337/22/NUGEO bem como Relatório n. 019/2GPMA/BPMA/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BELA VISTA - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - APURAR DANO AMBIENTAL NA FAZENDA JANDAIA – MUNICÍPIO DE CARACOL (MS) – SUPRESSÃO DE 5,61 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA PROPOSTA PARA RESERVA LEGAL – CONSTATADA EM PRESERVAÇÃO PERMANENTE 1,78 PRESERVAÇÃO PERMANENTE - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

1. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar suposto dano ambiental constatado na propriedade denominada Fazenda Jandaia em Caracol/MS, de propriedade do senhor Valdo Lemes de Oliveira, sendo desmatamento de 5,61 hectares de vegetação nativa em área proposta para reserva legal, e ainda, 1,78 hectares em área de preservação permanente. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 06.2023.00000158-5 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001318-4

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Ótica e Relojoaria Alves LTDA – ME

Assunto: Verificar a adequação de responsabilidade técnica da empresa Ótica e Relojoaria Alves Ltda-ME.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – ADEQUAÇÃO QUANTO A RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ÓTICA E RELOJOARIA ALVES LTDA-ME – DESNECESSIDADE DE ELABORAÇÃO DA MINUTA DO TAC – EXIGÊNCIAS CUMPRIDAS E DEVIDAMENTE COMPROVADAS – EFICIÊNCIA - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado visando a verificação da adequação de responsabilidade técnica da empresa Ótica e Relojoaria Alves Ltda-ME. Nesse ensejo, a empresa requerida protocolou documentos na Promotoria de Justiça de origem, solicitando a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta às fls. 8/22, para adequação de sua responsabilidade técnica, enquanto seu responsável técnico ainda cursava o curso de formação em ótica. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, solucionaram integralmente a questão objeto do feito, tornando, inclusive, desnecessária a celebração de Termo de ajustamento de Conduta entre o MPMS e a empresa investigada. Desta feita, não se operam razões de ordem prática aptas a justificar a continuidade das investigações. Conclui-se, portanto, pela resolutividade plena do conflito de interesses e pelo perecimento do interesse de agir do Parquet, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000802-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Câmara Municipal de Taquarussu-MS

Assunto: Apurar eventual recebimento irregular de 13º salário por parte dos vereadores de Taquarussu, em razão da ausência de lei/resolução regulamentadora para o pagamento da gratificação natalina, na legislatura de 2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BATAYPORÃ (MS) – DENÚNCIA ANÔNIMA - APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – IRREGULARIDADE NO RECEBIMENTO DE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO AOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE TAQUARUSSU - DILIGÊNCIAS ESGOTADAS – OBRAS FINALIZADAS - OBTENÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NÃO COMPROVADA -





**DOLO NÃO COMPROVADO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO.** Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar eventual recebimento irregular de 13º salário por parte dos vereadores de Taquarussu, em razão da ausência de lei/resolução regulamentadora para o pagamento da gratificação natalina, na legislatura de 2021. O pagamento autorizado por Gilso Francisco Filho, então presidente da Câmara de Vereadores, se deu com base no Projeto de Resolução n. 03 de 27/11/2017, no qual era prevista a concessão de 13º salário aos vereadores no período legislativo de 2018 a 2021. Todavia, conforme o entendimento do Parquet de piso, tal previsão legislativa, trata-se apenas de um "Projeto de Resolução", e não do regulamento, em si. Evidenciada tal irregularidade, a problemática, no entanto, foi integralmente sanada através da expedição de Recomendação Ministerial no sentido de obrigar a Casa de Leis de Taquarussu a se abster de efetuar o pagamento do 13º salário aos vereadores do referido município sem previsão legal, somente retomando o pagamento de valores após a criação de lei específica para esta finalidade. Portanto, constatou-se a ausência de desídia por parte dos gestores públicos, que atenderam a todos os requerimentos do Parquet de piso, bem como na medida do possível encontraram soluções para o enfrentamento do problema, considerando que tal Recomendação foi amplamente acatada pelo presidente da Casa de Leis Municipal, conforme manifestação às fls. 340/314, informando que deu início ao Projeto de Lei n. 016/2022 de 17/11/2022 no intuito de regulamentar a matéria. De antemão, prevejo que a Promoção de Arquivamento merece ser acolhida, uma vez que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, qualquer conduta dolosa que pudesse ser classificada como ímproba. Ademais, apurados no âmbito deste inquisitorial se encontram prescritos, seja sob a égide da redação original da Lei n.º 8.429/92, ou mesmo na vigência da Lei n.º 14.290/21, razão pela qual falta justa causa para o prosseguimento das investigações. Diante do contexto fático, não resta outra alternativa, senão à aplicação da Lei 7.347/85, denominada Lei da Ação Civil Pública, especificamente o seu artigo 9º, caput, a qual autoriza com clareza o arquivamento nos casos em que não existem fundamentos para o ajuizamento da Ação Civil Pública. Destarte, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2018.00003318-3**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerentes: Wezer Lucarelli e pessoa anônima

Requeridos: Douglas Melo Figueiredo e outros

Assunto: Apurar suposto desvio de dinheiro público que estaria acontecendo na execução de contratos administrativos firmados entre a empresa AEG – Assessoramento e Consultoria Empresarial Ltda. e o Município de Aquidauana. Segundo consta, a empresa teria repassado mensalmente certa importância em dinheiro para Douglas Melo Figueiredo e para Paulo Sérgio Goulart, então Gerente Municipal de Finanças, sendo que parte do dinheiro também teria sido destinada ao vereador Cipriano Mendes Costa. Consta ainda que inicialmente o valor repassado teria sido de R\$ 6.000,00 e, posteriormente, de R\$ 10.000,00.

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA (MS) – DENÚNCIA VERSA SOBRE CORRUPÇÃO - APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – IRREGULARIDADES EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - OBTENÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NÃO COMPROVADA - DOLO NÃO COMPROVADO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO.** Trata-se de Inquérito Civil, resultante da evolução do IC nº 008/2011 (processo físico digitalizado), instaurado para perquirir denúncia de suposta Fraude no Processo Administrativo n. 123/2010 (Pregão Presencial n. 94/2010), relativo a contratação da empresa AEG - Assessoramento e Consultoria Empresarial Ltda., cujo objeto versava sobre a prestação de serviços de consultoria e assessoria na área tributária da Prefeitura Municipal de Aquidauana. O presente feito foi deflagrado em decorrência da denúncia realizada pelo vereador, à época dos fatos, Wezer Lucarelli, dando conta do suposto desvio de dinheiro público envolvendo o contrato administrativo supramencionado. Segundo consta, a empresa teria repassado mensalmente certa importância em dinheiro para Douglas Melo Figueiredo e para Paulo Sérgio Goulart, então Gerente Municipal de Finanças, sendo que parte do dinheiro também teria sido destinada ao vereador Cipriano Mendes Costa. Consta ainda que inicialmente o valor repassado teria sido de R\$ 6.000,00 e, posteriormente, de R\$ 10.000,00. Ocorre que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, qualquer irregularidades nos processos licitatórios objetos da presente à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, ou mesmo, qualquer outra conduta que pudesse ser classificada como ímproba nos termos da Lei n. 8.429/1921, de forma que uma ação civil por ato de improbidade administrativa restaria destituída de fundamentos. Destarte, diante da ausência



de justa causa a sustentar o presente procedimento e considerando as medidas adotadas pela Administração local para a melhoria da atividade, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

### 2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

#### 1. Inquérito Civil nº 06.2022.00001502-0

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: SMS Importação e Exportação Ltda.

Assunto: Visa garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor “SMS Importação e Exportação Ltda.”, a instalação e disponibilização de itens obrigatórios de segurança, quais sejam, campainha, sinalização noturna e espelho retrovisor do lado esquerdo.

**Retirado da Sessão de Julgamento Virtual a pedido do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00000368-3

Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GACEP

Recorrente: Cauê Cardenas e Oliveira

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Denúncia de violência contra cidadão, família ou comunidade no Disque 100/Ligue 180 da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob Protocolo de Atendimento n.º 1537954.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO – GACEP - GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL - DENÚNCIA NO DISQUE 100/LIGUE 180 DA OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA OU DE INFORMAÇÕES APTAS À CONFIRMAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - DESPROVIMENTO - MANUTENÇÃO DO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO. Não obstante as razões apresentadas pelo Recorrente, julga-se pelo desprovimento do presente recurso, ante a ausência de elementos probatórios aptos e mínimos a ensejar a continuidade da presente "Notícia de Fato". Mantida a promoção de arquivamento da Notícia de Fato.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovimento do recurso e, por consequência, pela homologação da promoção de arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001142-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nilton Fernando Rocha Filho

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 9,36 hectares de vegetação, localizada em área proposta para constituição de Reserva Legal, bem como de 12,55 hectares de vegetação remanescente, desmatamento ocorrido na “Fazenda Vaca Mocha” em Caracol/MS, detectados pelos Pareceres Nugeo nº 181 e 182/20.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BELA VISTA/MS - APURAÇÃO DO DESMATAMENTO POSSIVELMENTE ILEGAL DE 9,36 HECTARES DE VEGETAÇÃO, LOCALIZADA EM ÁREA PROPOSTA PARA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL, BEM COMO DE 12,55 HECTARES DE VEGETAÇÃO REMANESCENTE, OCORRIDO NA “FAZENDA VACA MOCHA”, EM CARACOL/MS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00007055-0 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 116/125, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007055-0 (fls. 132/133) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o



acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001583-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar processo erosivo, falta de isolamento das nascentes, acesso de bovinos aos recursos hídricos que causam assoreamento na região do Córrego Salobra.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BONITO/MS - APURAÇÃO DE PROCESSO EROSIVO - FALTA DE ISOLAMENTO DAS NASCENTES - ACESSO DE BOVINOS AOS RECURSOS HÍDRICOS QUE CAUSAM ASSOREAMENTO NA REGIÃO DO CÓRREGO SALOBRA - EXISTÊNCIA DE OUTRO PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO INSTAURADO PREVIAMENTE - IDENTIDADE DE OBJETOS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, ante a preexistência do Inquérito Civil nº 06.2019.00001779-8, que possui o mesmo objeto ao do presente procedimento, circunstâncias que implicam, portanto, na aplicação do Enunciado nº 18 deste E. Colegiado.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000896-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adeodato Theodonio da Silva Filho

Assunto: Apurar eventual ocorrência de desmatamento de 2 (duas) áreas que somam 23,85 hectares de vegetação nativa, sem a devida Autorização Ambiental para Supressão Vegetal, na “Fazenda Meia Lua”, localizada em Camapuã, de propriedade de Adeodato Theodonio da Silva Filho, conforme dados do Programa DNA Ambiental (2016-2017), Parecer n.º 569/19/Nugeo.

**Advogado: Rodrigo Correa do Couto – OAB/MS nº 13.468.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMAPUÃ/MS - APURAÇÃO DO DESMATAMENTO DE DUAS ÁREAS QUE SOMAM 23,85 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPRESSÃO VEGETAL NA “FAZENDA “MEIA LUA”, EM CAMAPUÃ/MS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - OBRIGAÇÕES TOTALMENTE CUMPRIDAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Imóvel inscrito no CAR/MS. Desmatamento ocorrido fora da APP e RL. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de elaboração da Carta Consulta junto ao IMASUL que visa regularizar administrativamente a irregularidade com o cumprimento das exigências que forem estabelecidas pelo órgão ambiental. Indenização dos danos causados totalmente adimplida. Dispensada a instauração de PA. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2023.00000108-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jorge da Silva Lima (Chácara Pé de Cedro)

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade ambiental na “Chácara Pé de Cedro”, situada no município de Bodoquena, consistente na extração de 01 (uma) árvore em área de preservação permanente, utilizando de motosserra, sem autorização do órgão ambiental competente.

observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRANDA/MS - APURAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE AMBIENTAL NA “CHÁCARA PÉ DE CEDRO”, SITUADA EM BODOQUENA/MS, CONSISTENTE NA EXTRAÇÃO DE ÁRVORE EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00007047-2 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO -



**HOMOLOGAÇÃO.** No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 116/12, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007047-2 (fl. 126) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **7.Inquérito Civil nº 06.2021.00000473-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostos atos de usurpação de funções dos membros da Procuradoria do Município de Coxim, assédio moral e supostos atos de improbidade daí decorrentes.

municipal.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM/MS - APURAÇÃO DE SUPOSTOS ATOS DE USURPAÇÃO DE FUNÇÕES DOS MEMBROS DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE COXIM E SUPOSTOS ATOS DE IMPROBIDADE DAÍ DECORRENTES - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL ACATADA PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, ante o acatamento da Recomendação nº 0003/2022/01PJ/CXM expedida aos Senhores Prefeito Municipal de Coxim e Procurador-Geral do Município de Coxim. Por outro lado, nota-se que, após investigação, em que foram realizadas colheita de oitivas de testemunhas e juntada de documentos pelo Município, não foram constatados elementos que indiquem a prática de atos de improbidade administrativa, ante a ausência de conduta dolosa por parte da administração. Registra-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **8.Inquérito Civil nº 06.2023.00000054-2**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marino Delgado, "Fazenda Maria Angelica"

Assunto: Apurar suposto dano ambiental constatado na propriedade denominada "Fazenda Maria Angelica" em Bela Vista/MS, sendo desmatamento de 9,33 hectares de vegetação nativa em área proposta para reserva legal, conforme Parecer n. 65/22/NUGEO e Relatório n. 025/2GPMA/BPMA/2022.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BELA VISTA/MS - APURAÇÃO DE SUPOSTO DANO AMBIENTAL CONSTATADO NA PROPRIEDADE DENOMINADA "FAZENDA MARIA ANGELICA" - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00007448-0 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 89/96, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007448-0 (fls. 105/106) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**



**2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001387-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Celso Fernandes

Assunto: Apurar a prática de ateamento de fogo em terreno na área urbana bem como a destruição/danificação ou maus tratos a várias árvores.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL - COMARCA DE JARDIM - APURAR A PRÁTICA DE ATEAMENTO DE FOGO EM TERRENO NA ÁREA URBANA BEM COMO A DESTRUIÇÃO/DANIFICAÇÃO OU MAUS TRATOS A VÁRIAS ÁRVORES - CELEBRADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Constatada queimada em lote urbano e aplicação de veneno em árvores nativas. Lavratura de Auto de Infração pelo órgão ambiental competente, com aplicação de multa administrativa. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de indenizar os danos ambientais causado. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**2. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000962-9**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade nos processos de compra dos produtos da Ata de Registro de Preços nº 36/2019.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - PATRIMÔNIO PÚBLICO - CAMPO GRANDE - APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NOS PROCESSOS DE COMPRA DOS PRODUTOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 36/2019 - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do inquérito civil. Indícios de inserção de dados falsos acerca de recebimento e destinação de insumos não verificados. Produtos adquiridos através de comodato/consignação que impossibilitaram a emissão de relatórios de estoque. Notas Fiscais que possibilitam a verificação da destinação do produto. Ausência de fundamentos para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001038-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ponta Porã (Instituto Multidisciplinar de Consultoria)

Assunto: Investigar os termos da contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria e assessoria de serviços contábeis para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças do município de Ponta Porã em razão da generalidade de seu objeto constante no Contrato n. 028/2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO - COMARCA DE PONTA PORÃ - INVESTIGAR OS TERMOS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA DE SERVIÇOS CONTÁBEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ, EM RAZÃO DA GENERALIDADE DE SEU OBJETO CONSTANTE NO CONTRATO N. 028/2017 - IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do inquérito civil. Procedimento licitatório para contratação empresa de serviços de assessoria contábil. Comprovação da especialidade dos serviços prestados. Atividades que fogem aquelas de caráter rotineiro dos servidores efetivos com titulação em ciências contábeis. Ausência de fundamentos para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000143-0**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Ana Maria Ramos de Oliveira, Talita Rolim da Silva, Rosely Mendes de Oliveira, Shirley Flores Zarpelon,





Jaina Garcia Duarte Guirardi e outros a apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades, perpetradas, em tese, por servidores municipais, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, em Dourados/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE - COMARCA DE DOURADOS - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES, PERPETRADAS, EM TESE, POR SERVIDORES MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EM DOURADOS/MS - FATOS QUE CONFIGURAM ILÍCITO PENAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do Inquérito Civil. Estagiária da Secretaria Municipal que subtraiu benefícios destinados à pessoas acolhidas em entidade assistencial. Conclusão do PAD que afastou a responsabilidade dos demais servidores. Rescisão do contrato de estágio. Ressarcimento de parte dos valores no âmbito administrativo. Oferecida denúncia para apurar o cometimento de crime. Art. 55, da Resolução nº 015/2007-PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## 5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000489-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar ato de improbidade administrativa que causa danos para o Município de Bela Vista, consistente no abastecimento irregular de veículos por parte de vereadores, às custas da Prefeitura Municipal de Bela Vista (originalmente apurados nos autos do IC 12/2016).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE - COMARCA DE BELA VISTA - APURAR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSA DANOS PARA O MUNICÍPIO DE BELA VISTA CONSISTENTE NO ABASTECIMENTO IRREGULAR DE VEÍCULOS POR PARTE DE VEREADORES, ÀS CUSTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA - PRESCRIÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Relatório que aponta indícios de que vereadores estavam abastecendo veículos particulares às custas do Município. Prescrição da pretensão condenatória, nos termos do art. 23, I, da Lei 8.429/92 (antes das alterações promovidas pela Lei 14.230/2021). Decorridos cinco anos após o término do exercício do mandato. Irretroatividade do novo regime prescricional estabelecido pela Lei 14.230/2021, conforme orientação do Tema 1.199, do STF. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## 6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000613-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Moises Eliel Grubert

Assunto: Analisar a falta de plano de conservação/manutenção de solo na Fazenda Santa Luzia, que ocasionar problemas ambientais para os rios da região.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - COMARCA DE BONITO - ANALISAR A FALTA DE PLANO DE CONSERVAÇÃO/MANUTENÇÃO DE SOLO NA FAZENDA SANTA LUZIA, QUE OCASIONAR PROBLEMAS AMBIENTAIS PARA OS RIOS DA REGIÃO - CELEBRADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Constatada necessidade de elaboração de plano de manejo do solo em razão da nova atividade desenvolvida na propriedade. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de recuperar e indenizar os danos ambientais causados. Propriedade inscrita no CAR/MS, que terá sua inscrição fiscalizada pelos órgãos ambientais competentes. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## 7. Inquérito Civil nº 06.2021.00001358-4

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Verificar possível lesão ao direito do consumidor na falta de implementação da rede de esgoto no Loteamento



San Raphael em Maracaju/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - CONSUMIDOR - COMARCA DE MARACAJU - VERIFICAR POSSÍVEL LESÃO AO DIREITO DO CONSUMIDOR NA FALTA DE IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ESGOTO NO LOTEAMENTO SAN RAPHAEL EM MARACAJU/MS - DILIGÊNCIAS PARA APURAÇÃO DOS FATOS NÃO ESGOTADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA -CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA. Diligências insuficientes para esgotar o objeto do inquérito civil. Estação de tratamento de esgoto pública da região que se encontra concluída e em operação. Necessidade de adoção de medidas para que o empreendimento apresente o projeto de obras de esgoto do loteamento para aprovação pela empresa de saneamento SANESUL e, posteriormente, seja efetuada a interligação com às redes públicas de esgotamento sanitário. Necessidade de continuidade do feito. Promoção de arquivamento não homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e converteu o julgamento em diligência, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000158-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Gabrielle Tainá Bogas Molina

Assunto: Apurar desmatamento de 2,39 hectares em Área de Vegetação Nativa, na Fazenda Bica D'Água, em Figueirão, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 18/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental), realizado entre 13/08/2020 e 04/12/2020.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE CAMAPUÃ – APURAR DESMATAMENTO DE 2,39 HECTARES EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA, NA FAZENDA BICA D'ÁGUA, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER NUGEO, REALIZADO ENTRE 13/08/2020 E 04/12/2020 – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – CELEBRADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Constatado desmatamento de 2,39 hectares de vegetação nativa fora de área de preservação, passível de antropização. Propriedade inscrita no CAR/MS. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de regularizar a situação jurídico ambiental junto ao IMASUL e indenizar os danos ambientais causados. Procedimento de caráter fiscalizatórios instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000752-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Jesus Camacho

Assunto: Apurar a supressão de 30,07 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Mato Grosso do Sul, em Juti/MS, sem a autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 70/22/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE CAARAPÓ – MUNICÍPIO DE JUTI – APURAR A SUPRESSÃO DE 30,07 HECTARES EM ÁREA DE MATA ATLÂNTICA, NA FAZENDA MATO GROSSO DO SUL, EM JUTI/MS, SEM A AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER N. 70/22/NUGEO – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – CELEBRADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Constatado o desmatamento de 30,07 hectares de vegetação do Bioma Mata Atlântica. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de inscrever a propriedade no CAR/MS, adotar medidas reparatórias e indenizar os danos ambientais causados. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 10. Inquérito Civil nº 06.2023.00000277-3

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Registrar fato relacionado à nascente localizada no Jardim Santa Felicidade, coordenadas 20°34'56.19" S,



54°35'24.08" W, com acesso às margens da BR-262.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DE NASCENTE, OBJETO DO PARECER ÁGUA PARA O FUTURO N. 021/2022, E AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS PARA SUA PRESERVAÇÃO – PROGRAMA SOS RIOS – CELEBRADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Constatada ausência de vegetação arbórea em APP da nascente da Gameleira. Propriedade inscrita no CAR/MS. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de realizar as recomendações do Parecer Água para o Futuro. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## 2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

### 1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003435-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público do Município de Vicentina/MS e eventual ato de improbidade administrativa, tendo em vista a ilegalidade das atividades dos ocupantes dos cargos em comissão, já que são alheias às funções de direção, chefia ou assessoramento bem como irregularidades na contratação de servidores públicos sob o caráter temporário.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE VICENTINA/MS E EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, TENDO EM VISTA A ILEGALIDADE DAS ATIVIDADES DOS OCUPANTES DOS CARGOS EM COMISSÃO, JÁ QUE SÃO ALHEIAS ÀS FUNÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO BEM COMO IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O CARÁTER TEMPORÁRIO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - RECOMENDAÇÕES ACATADAS – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PARA O ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO ENVOLVENDO OS CARGOS EFETIVOS VAGOS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. Analisando os autos, depreende-se que as recomendações foram acatadas e que fora instaurado o Procedimento Administrativo de nº 09.2023.00003450-0 para o acompanhamento e fiscalização da regularização da questão envolvendo os cargos efetivos vagos do Município de Vicentina/MS. 3. Por isso, o eminente Promotor de Justiça destacou a inviabilidade de propositura de Ação Civil Pública, ou ainda a continuação das investigações no presente Procedimento, promovendo o seu arquivamento e encaminhando os autos a este Conselho Superior. 4. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

### 2. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000499-3

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aquidauana/MS

Assunto: Apurar a recusa de internações em casa de acolhimento para idosos, seja em caráter temporário ou indeterminado no prédio do Asilo São Francisco, em Aquidauana/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR A DEMANDA DE SOLICITAÇÕES EM CASA DE ACOLHIMENTO PARA IDOSOS, SEJA EM CARÁTER TEMPORÁRIO OU INDETERMINADO, NO PRÉDIO DO ASILO SÃO FRANCISCO EM AQUIDAUANA/MS TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PARA ACOMPANHAMENTO DAS CLÁUSULAS AVENÇADAS - PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO - ENUNCIADO DE Nº 09/CSMP ART. 38 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado. 2. Verifica-se que o Termo de Ajustamento de Conduta está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, bem como que as obrigações pactuadas atendem, suficientemente, o enfrentamento da irregularidade objeto dos autos, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 3. Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005264-1 instaurado com a finalidade de acompanhar o cumprimento das obrigações pactuadas. 4. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.



**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

### **3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001543-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Mahal Empreendimentos e Participações S/A e JJG Soluções Corporativas Ltda.

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da captação de água subterrânea na construção dos alojamentos da empresa Mahal Empreendimentos e Participações S/A, sem outorga de Recursos Hídricos, conforme Laudo de Constatação n. 1244, Termo de Paralisação n. 260 e Relatório de Informações Complementares n. 18/2º Pel. 3ª Cia BPMA/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA NA CONSTRUÇÃO DE ALOJAMENTO DA EMPRESA MAHAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, SEM OUTORGA DE RECURSO HÍDRICOS, CONFORME LAUDO DE CONSTATAÇÃO DE N. 1244, TERMO DE PARALISAÇÃO N. 260 E RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES N. 18/2º PEL. 3ª CIA BPMA/2022 - PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO SOB INVESTIGAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que verifica-se esgotado o objeto que ensejou a instauração do presente procedimento, em razão da existência do pedido de Outorga de Direito de Uso de Água Subterrânea confeccionado pela empresa investigada, ocasionando então, a perda superveniente do objeto sob investigação, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento a não ser a promoção fundamentada de seu arquivamento, como o fez acertadamente o ilustre Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco. 2. Ademais, nos termos do art. 26, caput da Resolução nº 15/2007-PGJ, esgotadas todas as diligências, o órgão de execução do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública, coletiva ou outra pertinente aos interesses e direitos mencionados no art. 1º desta Resolução, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório, se aplica ao caso em tela. 3. Sem mais, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

### **4. Inquérito Civil 06.2022.00000257-0**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS

Assunto: Apurar suposto abuso de poder praticada por Rosirlei Araújo, vereadora de Ladário, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, consistente no descumprimento de jornada de trabalho do cargo público perante o Executivo Municipal e “afetação” de sala da unidade de saúde para exercício de atos vereança.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTO ABUSO DE PODER PRATICADA POR ROSIRLEI ARAÚJO, VEREADORA DE LADÁRIO, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL PERANTE O EXECUTIVO MUNICIPAL E “AFETAÇÃO” DE SALA DA UNIDADE DE SAÚDE PARA EXERCÍCIO DE ATOS DE VEREANÇA - NÃO CONSTATAÇÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, depreende-se que os elementos probatórios encartados aos autos não possuem a capacidade de demonstrar a ocorrência dos atos de improbidade administrativa apontados na representação. 2. Se faz necessário ressaltar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa foram significativamente alteradas com o advento da Lei de nº 14.230/2021, principalmente pela exigência da presença de dolo específico para a configuração de todos os atos de improbidade e de efetiva comprovação de danos causados ao erário, o que não se vislumbra dos autos carreados a este feito. 3. Destaca-se por isso, a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

#### **2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000735-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o fato noticiado no Auto de Infração nº 6066, consistente





na queimada provocada supostamente por Rafael Parise e Joelson Martins Delfino.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CASSILÂNDIA - APURAR A OCORRÊNCIA DE SUPOSTA QUEIMADA PROVOCADA NAS MARGENS DA RODOVIA MS 306 - AUTORIA INCERTA RECOMENDAÇÃO REALIZADA E ACATADA IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades anteriormente constatadas foram sanadas, mediante a elaboração de Recomendação solicitando a Concessionária Way, a aplicação de medidas de prevenção e contenção de incêndio nas áreas sob sua responsabilidade, além de agir imediatamente para conter as chamas, a fim de evitar possíveis danos. Ademais, não foi possível apurar a autoria do responsável pelo início da queimada. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

## 2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000458-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Câmara Municipal de Ponta Porã

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no tocante à contratação e à prestação dos serviços decorrentes dos Contratos nº 18/2014 e 02/2015 celebrados entre a Câmara Municipal de Ponta Porã/MS e a empresa Quality Sistemas Ltda.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PONTA PORÃ - APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NOS CONTRATOS FIRMADOS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A EMPRESA QUALITY SISTEMAS LTDA. - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - SERVIÇOS DEVIDAMENTE PRESTADOS - AUSÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ – PRAZO PRESCRICIONAL DA LEI Nº 8.429/93 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o procedimento licitatório observou os requisitos para o seu trâmite, havendo prévia cotação de preços com empresas distintas, demonstrando a ampla concorrência e ausência de favorecimentos. Ademais, não restou evidenciado dano ao erário ou a presença de má-fé na contratação, sendo os serviços devidamente prestados. No mais, o encerramento do último contrato ocorreu na legislatura do ano de 2017, o que atrai o fenômeno da prescrição, conforme Tema 1199 do STF. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

## 3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001036-9

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Specialized Brasil Comércio de Bicicletas Ltda.

Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor Specialized Brasil Comércio de Bicicletas Ltda., a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - GARANTIR O FORNECIMENTO DE ITENS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA EM BICICLETAS FABRICADAS PELO FORNECEDOR SPECIALIZED BRASIL - AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO - DEFININDO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS INEXISTÊNCIA DE NORMA QUE OBRIGUE O FABRICANTE A FORNECER OS ITENS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que apesar de existir previsão legal, a aplicabilidade do artigo 105, inciso VI, do Código de Trânsito Brasileira, é inerente a existência de regulamentação técnica para padronização dos itens de segurança. Ademais, todos os órgãos de fiscalização do trânsito esclareceram que não há norma que obrigue os fabricantes a fornecer os equipamentos obrigatórios. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:**

## 4. Inquérito Civil n.º 06.2022.00001503-1

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Dream Bike Comércio de Bicicletas, Triciclos, Peça e Acessórios Ltda.

Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor Dream Bike Comércio de Bicicletas, Triciclos, Peça e Acessórios Ltda., a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.





EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - GARANTIR O FORNECIMENTO DE ITENS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA EM BICICLETAS FABRICADAS PELO FORNECEDOR DREAM BIKE COMÉRCIO DE BICICLETAS, TRICICLOS, PEÇA E ACESSÓRIOS LTDA. - AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO DEFININDO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS - INEXISTÊNCIA DE NORMA QUE OBRIGUE O FABRICANTE A FORNECER OS ITENS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que apesar de existir previsão legal, a aplicabilidade do artigo 105, inciso VI, do Código de Trânsito Brasileira, é inerente a existência de regulamentação técnica para padronização dos itens de segurança. Ademais, todos os órgãos de fiscalização do trânsito esclareceram que não há norma que obrigue os fabricantes a fornecer os equipamentos obrigatórios. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

### 2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

#### 1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000492-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Henrique César Lúria Alves (Presidente da Câmara Municipal de Inocência)

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na ausência de disponibilidade de informações no sítio da Câmara Municipal de Inocência, em especial no portal da transparência.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE INOCÊNCIA – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL AUSÊNCIA DE DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÕES NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE INOCÊNCIA – SÍTIO ELETRÔNICO CORRIGIDO – INFORMAÇÕES PÚBLICAS E DE FÁCIL ACESSO – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, uma vez que o sítio eletrônico do portal da transparência da Câmara Municipal de Inocência foi devidamente corrigido, atendendo de forma satisfatória às normas de regência. Destarte, demonstrada a atuação proativa da administração da casa de leis, cumprindo a Lei de Acesso à Informação e a Lei da Transparência, esvazia-se o objeto do presente procedimento. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003601-4

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas/MS

Assunto: Apurar eventual ilegalidade, inclusive superfaturamento, na aquisição de casa para abrigar o PROCON de Três Lagoas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE TRÊS LAGOAS – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL ILEGALIDADE NA AQUISIÇÃO DE CASA PARA ABRIGAR O PROCON MUNICIPAL – DAEX – RELATÓRIO DE ANÁLISE CONTÁBIL – INEXISTÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO – MERA IRREGULARIDADE NA ÁREA CONSTRUÍDA DECLARADA – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO EFETIVO AO ERÁRIO – OBRA EXECUTADA – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto a irregularidade constatada pelo Relatório de Análise Contábil do DAEX consiste em mera inconsistência na área construída declarada do imóvel, não representando efetivo dano ao erário, má-fé ou ato de improbidade administrativa sancionável. Outrossim, a análise técnica reconheceu a regularidade do processo de aquisição, assim como da contratação e execução do contrato de reforma. Inexistindo fundamento para propositura de ação civil pública, impõe-se reconhecer a perda do objeto da investigação. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001228-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Gasques Gasques

Assunto: Apurar a existência de erosão e o assoreamento de uma nascente e



do curso d'água na propriedade rural denominada Fazenda Flor do Quitéria, bem como promover a reparação de eventual dano ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO – MEIO AMBIENTE – APURAR A EXISTÊNCIA DE EROSIÃO E ASSOREAMENTO DE UMA NASCENTE E DO CURSO D'ÁGUA NA FAZENDA FLOR DO QUITÉRIA – DANO CONSTATADO – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000702-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adelcio de Souza

Assunto: Apurar desmatamento de 1,90 hectares em área de Savana Arborizada com Floresta-de-galeria, na Fazenda Museu 1, em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 659/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2016/2017).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE – MEIO AMBIENTE – APURAR O DESMATAMENTO DE 1,90 HECTARES EM ÁREA DE SAVANA ARBORIZADA COM FLORESTA-DE-GALERIA NO INTERIOR DA FAZENDA MUSEU 1 – IRREGULARIDADE CONSTATADA – SUPRESSÃO VEGETAL SEM AUTORIZAÇÃO – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000608-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mildio Ari Vendruscolo

Assunto: Apurar erosões do tipo voçoroca com exposição do lençol freático à resíduos sólidos na Fazenda Guaíra, em Mundo Novo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatórios de Fiscalização Ambiental nº 016/2ºGPMA/4ºPEL/1ªCIA/BPMA/2021 e 017/2ºGPMA/4ºPEL/1ªCIA/BPMA/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MUNDO NOVO – MEIO AMBIENTE – APURAR EROSÕES DO TIPO VOÇOROCA COM EXPOSIÇÃO DO LENÇOL FREÁTICO A RESÍDUOS SÓLIDOS – FAZENDA GUAÍRA – DANO AMBIENTAL CONSTATADO – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar o dano ambiental, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000962-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Luciano Ferreira

Assunto: Apurar o déficit de 2 hectares com ausência de vegetação arbórea densa no Sítio Dois Irmãos, em Angélica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Programa SOS Rios Projeto Córrego Engano Parecer n. 027/2021CEIPPAM/LASANGE-UEMS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ANGÉLICA – MEIO AMBIENTE – PROGRAMA SOS RIOS – APURAR O DÉFICIT DE 2 HECTARES COM AUSÊNCIA DE VEGETAÇÃO ARBÓREA Densa NO SÍTIO DOIS IRMÃOS – AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL – SITUAÇÃO REGULAR DO IMÓVEL – INSCRIÇÃO NO CARMS E APRESENTAÇÃO DE PRADA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto foi constatada a regularidade jurídico-ambiental da propriedade. Após requerimento do órgão de execução, o proprietário do imóvel efetuou a regularização da situação do Sítio Dois Irmãos, mediante a apresentação de PRADA e demonstração da inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CARMS). Dano ambiental ausente. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000452-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Taquarussu/MS

Assunto: Apurar eventual pagamento de gratificação indevida aos servidores da Câmara Municipal de Taquarussu/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BATAYPORÃ – MUNICÍPIO DE TAQUARUSSU – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO INDEVIDA AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU – ATO ÍMPROBO NÃO CONSTATADO – SERVIDORES EFETIVOS – ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS EXERCIDAS – LEI 14.230/2021 – INEXISTÊNCIA DE ATO DOLOSO COM FIM ILÍCITO – DANO AO ERÁRIO AUSENTE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto a investigação demonstrou a existência de quatro servidores efetivos na Câmara Municipal de Taquarussu que exercem ativamente funções extraordinárias, justificando a percepção de verbas de gratificação. Desse modo, não houve comprovação de ato doloso com fim ilícito que configure ato de improbidade administrativa, tampouco foi encontrado ato ilícito causador de efetivo dano ao erário. Esgotadas as diligências, inexistente fundamento para propositura de ação civil pública, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000487-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Gustavo Moraes Pereira e Fazenda Seriema

Assunto: Apurar exploração de 200 hectares de vegetação nativa, ocorrido na Fazenda Seriema, em Bela Vista/MS, detectados pelo Relatório 043/2ºGPMA/BPMA.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BELA VISTA – MEIO AMBIENTE – APURAR EXPLORAÇÃO DE 200 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA NA FAZENDA SERIEMA – IRREGULARIDADE CONSTATADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar o dano ambiental, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 9. Inquérito Civil nº 06.2023.00000370-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Companhia Elétrica de São Paulo CESP



Assunto: Apurar possíveis danos ambientais e de ordem coletiva cometidos pela Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, pertencente à Companhia Elétrica de São Paulo CESP, após a abertura de suas comportas.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BATAYPORÃ – MEIO AMBIENTE – APURAR POSSÍVEIS DANOS AMBIENTAIS E DE ORDEM COLETIVA COMETIDOS PELA CESP APÓS A ABERTURA DE COMPORTAS DA USINA HIDRELÉTRICA ENGENHEIRO SÉRGIO MOTTA – GRANDE VOLUME DE CHUVAS NO PERÍODO – INUNDAÇÃO DE PLANÍCIES ALAGÁVEIS – FORÇA MAIOR – IMPOSSIBILIDADE DE APURAR O NEXO CAUSAL – DANO AMBIENTAL NÃO VERIFICADO – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto constatou-se a impossibilidade de apurar a existência de nexo de causalidade entre as inundações das planícies alagáveis e a abertura das comportas da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, após a realização de vistoria in loco pela Polícia Militar Ambiental. O alto índice pluviométrico do período, associada à abertura de comportas de hidrelétricas que antecedem à usina investigada, esvaziam a possibilidade de acurar a participação da CESP no suposto evento danoso. Diante da ausência de dano ambiental, houve a perda do objeto da investigação. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

#### **10. Inquérito Civil nº 06.2019.00000442-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades nos Pregões Presenciais n. 052/2018 e 053/2018 Processo n. 105/2018 e 106/2018, visando à contratação de empresa para locação de van para transporte de pacientes.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BELA VISTA – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PREGÕES PRESENCIAIS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VAN PARA TRANSPORTE DE PACIENTES ATÉ O MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ – FRAUDE À LICITAÇÃO CONSTATADA – CONCORRÊNCIA SIMULADA POR PARTICULARES SEM QUALQUER VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DENÚNCIA OFERECIDA – CRIME PREVISTO NO ART. 337-F DA LEI 14.133/2021 – AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO, CIÊNCIA OU ENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELA LICITAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE ATO DOLOSO COM FIM ILÍCITO – ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto não houve comprovação de ato doloso com fim ilícito que configure ato de improbidade administrativa, na medida em que ficou constatada a ausência de participação, ciência ou envolvimento dos servidores públicos responsáveis pela licitação no ato ilícito. O órgão de execução ofereceu a denúncia dos particulares envolvidos pelo crime de fraude à licitação, mediante simulação de concorrência, previsto no art. 337-F da Lei n. 14.133/2021. Desse modo, esgotadas todas as diligências, inexistente fundamento para a propositura de ação civil, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

#### **2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000100-3**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Clovis da Silva e Kellynton Mann Klem

Assunto: Apurar dano ambiental consistente em construção situada em área de preservação permanente, às margens do Rio Dourados, município de Dourados/MS.

**Advogada:** Jessica Lorente Marques – OAB/MS nº 16.933.

**Pedido de Pauta Presencial solicitado pela Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### **2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000655-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nilton Fernando Rocha Filho

Assunto: Apurar desmatamento de 6,36 hectares em área de Savana, na Fazenda Vaca Mocha, em Caracol/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 178/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).





EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DESMATAMENTO DE 6,36 HECTARES EM ÁREA DE SAVANA, NA FAZENDA VACA MOCHA, EM CARACOL/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER Nº 178/20/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL). CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007055-0 (fls. 187/188) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2020.00001278-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Genilson Peres Sanches e Amir Vargas Sanches

Assunto: Analisar a construção de deck's nas margens do Rio Formoso, mais precisamente na propriedade denominada Recanto Santos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. ANALISAR A CONSTRUÇÃO DE DECK'S NAS MARGENS DO RIO FORMOSO, MAIS PRECISAMENTE NA PROPRIEDADE DENOMINADA RECANTO SANTOS. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007271-5 (fl. 334) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000052-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Amiuker Leite Cardozo, Fazenda Ronco do Bugio

Assunto: Apurar suposto dano ambiental constatado na propriedade denominada Fazenda Ronco do Bugio em Caracol/MS, sendo desmatamento de 0,94 hectares de vegetação nativa em área proposta para reserva legal, conforme Parecer nº 66/22/NUGEO bem como Relatório nº 022/2GPMA/BPMA/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTO DANO AMBIENTAL CONSTATADO NA PROPRIEDADE DENOMINADA FAZENDA RONCO DO BUGIO EM CARACOL/MS, SENDO DESMATAMENTO DE 0,94 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA PROPOSTA PARA RESERVA LEGAL, CONFORME PARECER Nº 66/22/NUGEO BEM COMO RELATÓRIO Nº 022/2GPMA/BPMA/2022. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, o qual já foi integralmente cumprido, inexistindo, assim, outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

## 4. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001560-9

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ugo Comercial de Artigos Esportivos Ltda. (Calypso)

Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor





Ugo Comercial de Artigos Esportivos Ltda. (Calypso), a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campainha, sinalização noturna e espelho retrovisor do lado esquerdo.

**EMENTA:** PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. GARANTIR AOS CONSUMIDORES EM GERAL, QUE ADQUIREM E QUE VENHAM A ADQUIRIR BICICLETAS FABRICADAS PELO FORNECEDOR UGO COMERCIAL DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA. (CALYPSO), A INSTALAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE ITENS OBRIGATÓRIOS E INDISPENSÁVEIS À SEGURANÇA, QUAIS SEJAM, CAMPAINHA, SINALIZAÇÃO NOTURNA E ESPELHO RETROVISOR DO LADO ESQUERDO. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que embora o artigo 105, inciso VI, do Código de Trânsito Brasileiro arrole e indique equipamentos obrigatórios para bicicletas, isso não basta, no presente momento, para compelir fabricantes, importadores, montadores e revendedores a fornecerem tais itens aos consumidores finais quando da comercialização de bicicletas. 2. Isso porque a disposição legal não conta com regulamentação suficiente e adequada; há Projeto de Lei em trâmite no Congresso Nacional para rever o arcabouço legal sobre o tema e tornar dispensáveis alguns itens de segurança para bicicletas; e os órgãos de trânsito não dispõem de base legal e de meios e instrumentos de trabalho para autuarem e imponham outras medidas a condutores que não utilizem itens obrigatórios de segurança em bicicletas. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. **VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.**

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### **5. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001085-8**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto favorecimento à empresa Brink Móbil, vencedora do Pregão Eletrônico 0021/2021 SED (Processo nº 29/052.382/2021 Registro de Preços para Aquisição de Kits Escolares).

**EMENTA:** PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR SUPOSTO FAVORECIMENTO À EMPRESA BRINK MÓBIL, VENCEDORA DO PREGÃO ELETRÔNICO 0021/2021 SED (PROCESSO Nº 29/052.382/2021 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES). DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. DENÚNCIA DESPROVIDA DE ELEMENTOS DE PROVA. IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que não restou comprovado a existência de irregularidade ou ilícito que configure atos de improbidade administrativa. 2. Inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação judicial, o arquivamento do feito é medida de rigor. **VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.**

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

Campo Grande, 13 de setembro de 2023

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00006187-0

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- A S PINTO**, representada por **Adriano Silva Pinto**.

Procedimento licitatório: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 20.09.2023 até 20.09.2024.

Data de assinatura: 12 de setembro de 2023.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE MPMS E O MPC-MS**

Processo: 09.2023.00002485-6 - PGJ/10/2407/2018

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

**2- MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Contas, **João Antônio de Oliveira Martins Júnior**.

Amparo legal: Artigo 8º, §2º, do Decreto nº 11.261/2003.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Acordo de Cooperação, por mais 12 (doze) meses, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 04.10.2023 até 04.10.2024.

Data da assinatura: 12 de setembro de 2023.

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo nº 09.2023.00006325-0

Amparo legal: Artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: CENTRO EDUCACIONAL FLAVIA RITA LTDA.

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000336, datada de 12.09.2023, do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Objeto: Realização de curso denominado “Português Corporativo”, modalidade online, ao vivo, com carga horária total de 10 horas/aula, para quantidade ilimitada de alunos, destinado aos membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Justificativa: Consoante a análise dos documentos encartados nos autos, verifica-se presente a justificativa da contratação e da escolha, tendo em vista que a empresa desenvolveu curso de Português Corporativo, conforme demanda específica e direcionada ao Ministério Público, de modo a atender às necessidades da Instituição.

Ratifica: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande/MS, 12 de setembro de 2023.

**EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2023.00006573-6

Notificada: Argos Ltda

ARGOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº 42.262.411/0001-03 sediada na Rua Doutor Fritz Mueller, nº 944, no Bairro do Salto, CEP: 89.031-620, na cidade de Blumenau/SC, representada neste ato por Jonathan Pereira, portador do RG nº 5.xxx.xx5 SSP/SC e do CPF nº 074.xxx.xxx-90, fica notificada da aplicação da sanção de multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue no prazo devido, com fulcro no item 9.1.2 da Cláusula Nona da ARP nº 053/PGJ/2022. A multa corresponde ao valor total de R\$ 799,78 (setecentos e noventa e nove reais e setenta e oito centavos). A empresa poderá recorrer da decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea “f”, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 8.666/93). Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas no Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Lília Oshiro, 105, Carandá Bosque, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-3980, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****AMAMBAI****EDITAL Nº 0020/2023/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil: 06.2023.00000795-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Mônica de Lourdes Patricio, Sandra Patricio Farias, Vitor Jorge da Silva Patricio

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,90 hectares de vegetação nativa, integrante do bioma Mata Atlântica, na Fazenda Ouro Fino, em Amambai/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 249/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 09/2ºGPMA/2ºPEL/5ªCIA/ BPMA/2023.

Amambai (MS), 13 de setembro de 2023.

**LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA**

Promotora de Justiça



---

**DOURADOS**

---

**EDITAL 0013/2023/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009374-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados e Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: acompanhar e fiscalizar o cumprimento da decisão judicial exarada nos autos n.º 0900004-98.2020.8.12.0002 acerca dos serviços de Ressonância Magnética Nuclear na rede pública de saúde de Dourados.

Dourados, 05 de setembro de 2023

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça em substituição legal

---

**NIOAQUE**

---

**EDITAL Nº 0025/2023/PJ/NOQ**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00000867-8

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: A apurar

ASSUNTO: Apurar a precariedade das estradas rurais existentes entre os Assentamentos Andalúcia e Conceição, neste município de Nioaque.

Nioaque, 05 de setembro de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0026/2023/PJ/NOQ**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00000871-2

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Emerson Oliveira da Conceição

ASSUNTO: Apurar o corte de árvores nativas vitalizadas em área de APP e exploração de árvores nativas vitalizadas, localizadas fora da área de Reserva Legal e APP, no Lote 102 do Assentamento Santa Guilhermina, localizado no município de Nioaque, por parte de Emerson Oliveira da Conceição.

Nioaque, 5 de setembro de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0027/2023/PJ/NOQ**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

INQUÉRITO CIVIL N° 06.2023.00000872-3

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: A apurar

ASSUNTO: Apurar infrações ambientais praticadas no Lote 126 do Assentamento Andalúcia, no Município de Nioaque, objeto dos Autos de Infração nº 3244 e 3247.

Nioaque, 5 de setembro de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0028/2023/PJ/NOQ**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

INQUÉRITO CIVIL N° 06.2023.00000873-4

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Salvador Luiz de Souza

ASSUNTO: Apurar infrações ambientais praticadas no Lote 128 e 129 do Assentamento Andalúcia, no Município de Nioaque, objeto dos Autos de Infração nº 3249 e 3246.

Nioaque, 5 de setembro de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0029/2023/PJ/NOQ**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

INQUÉRITO CIVIL N° 06.2023.00000944-4

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Alessandro Mariz Pinto Nunes Rondao

ASSUNTO: Apurar a ocorrência de danos em APP decorrentes de construção de drenos/valas sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, no imóvel rural denominado Fazenda Conquista, localizada no município de Nioaque/MS, de propriedade de Alessandro Mariz Pinto Nunes Rondão.

Nioaque, 5 de setembro de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça



**NOVA ANDRADINA****EDITAL Nº 06.2019.00001537-8 (REPUBLICAÇÃO/RETIFICAÇÃO)**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São José, 564, Centro, em Nova Andradina/MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001537-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Festa Brava Agropastoril Ltda

Assunto: Apurar o dano ambiental decorrente do desmatamento de 4,04 hectares na Fazenda Festa Brava, em Nova Andradina-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 494/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Nova Andradina, 12 de setembro de 2023.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 06.2023.00000699-1**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São José, 564, Centro, em Nova Andradina/MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000699-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agnaldo da Silva

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão e uso irregular do fogo em 0,3125 hectares de vegetação nativa, no Sítio São Mateus, Lote 921, Distrito Nova Casa Verde, em Nova Andradina/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Relatório de Fiscalização Ambiental nº 045/3ºGPM/1ºPEL/5ªCIA/BPMA/2020.

Nova Andradina, 12 de setembro de 2023.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 06.2023.00000696-9**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São José, 564, Centro, em Nova Andradina/MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000696-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: F. P. S. S. (servidor público municipal)

Assunto: Apurar eventual violação aos princípios da administração pública e/ou dano ao erário decorrente da inserção de possíveis informações falsas em documentos públicos para obtenção de valores ilícitos por meio de diárias.

Nova Andradina, 12 de setembro de 2023.

WILLIAN MARRA DA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça em substituição legal